

Ata do Copom traz projeções mais elevadas para reajuste de preços administrados em 2019

Mas Banco Central vê cenário inflacionário "confortável", passados os efeitos da greve dos caminhoneiros

POR ELIANE OLIVEIRA

07/08/2018 9:30 / atualizado 07/08/2018 11:29



Sede do Banco Central do Brasil, localizada na Asa Sul, Plano Piloto de Brasília - Michel Filho/Agência O Globo

BRASÍLIA - Ao decidir manter, pela terceira vez seguida, a taxa básica de juros (Selic) em 6,5%, o Comitê de Política Monetária (Copom) reforçou a avaliação com a qual tem trabalhado nos últimos meses: apesar dos repiques inflacionários, os efeitos da greve dos caminhoneiros devem ser temporários, a falta de reformas e ajustes na economia são preocupantes e os riscos no cenário externo permanecem elevados. No entanto, a ata da última reunião do Copom, divulgada nesta terça-feira pelo Banco Central, trouxe como novidade a revisão, para cima, das projeções do colegiado para a inflação dos preços administrados - ou seja, das tarifas públicas - em 2019.

Segundo o documento, em um cenário que leva em conta uma taxa de juros de 6,5% ao ano em 2018 e de 8% em 2019, com uma taxa de câmbio, para os dois períodos, de R\$ 3,70, as estimativas para o reajuste de tarifas públicas como as de energia elétrica, telecomunicações e gasolina, são de 7,2% este ano e 4,8% em 2019. Na ata anterior, a estimativa para o ano que vem era de 4,6%.

Para juros e câmbio constantes em 6,5% ao ano e R\$ 3,75, os reajustes das tarifas públicas previstos são de 7,4% e 5,0%. A projeção anterior para 2019 era de 4,8%. Já a inflação esperada para os dois períodos não mudou. Para 2018, o índice projetado é de 4,2% e, no ano que vem, 3,8%.

— As projeções do Banco Central sobre os preços administrados são afetadas pela expectativa em relação ao câmbio. A maior parte dos preços tem como indexador o IGPM, que é bastante sensível à variação cambial — lembrou o **economista da Austin Rating, Alex Agostini**.

A seu ver, o Copom assumiu uma postura cautelosa e ainda está avaliando os efeitos secundários [reajustes que ainda poderão ocorrer] na inflação decorrente da paralisação dos transportadores rodoviários de cargas. O comitê preferiu não sinalizar os próximos passos de sua política monetária, porque o cenário ainda é de acomodação.

— A ata veio sem grandes novidades. No comunicado [divulgado na última quarta-feira, após a reunião do Copom), o que chamou atenção é que os membros do comitê debateram a conveniência de se falar ou não sobre os próximos passos. Isso mostra que há um quadro de incertezas — comentou Thais Zara, da Rosenberg.

André Perfeito, da Spinelli Corretora, avalia que o cenário traçado pelo BC indica manutenção da Selic em setembro e alta do juros em outubro. Para ele, até lá, o preço da gasolina já deve ter subido 30% e a inflação continuará sendo pressionada. Segundo Perfeito, a decisão tomada pelos membros de não sinalizarem sobre o que farão na próxima reunião do Copom é importante para os economistas.

— Quando o BC fala em não se posicionar, indica que a próxima reunião será de manutenção da Selic em 6,5% ao ano.

Cenário "confortável"

Na ata, os integrantes do Copom reforçaram que a inflação do mês de junho, que ficou em 1,26%, refletiu os "efeitos altistas significativos" da greve dos caminhoneiros, ocorrida no fim de maio. Para o comitê, esses repiques inflacionários devem ser temporários, "embora alguns indicadores referentes a junho ainda possam sofrer influência da referida paralisação". Para os membros do comitê, na ausência de choques adicionais, o cenário inflacionário deve se revelar "confortável".

Para o colegiado, o cenário básico contempla continuidade do processo de recuperação da economia brasileira, porém em ritmo mais gradual do que se esperava antes dos bloqueios nas estradas. "A economia segue operando com alto nível de ociosidade dos fatores de produção, refletido nos baixos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, na taxa de desemprego", destaca a ata.

INVESTIMENTO: [BC mantém Selic em 6,5% e poupança já supera alguns fundos de renda fixa](#)

O ambiente externo continua sendo motivo de preocupação do Copom: apresenta certa acomodação, mas segue mais desafiador. Os principais riscos estão associados à normalização das taxas de juros em algumas economias avançadas e a incertezas referentes ao comércio global.

"O cenário básico do Comitê contempla normalização gradual da política monetária nos países centrais. Há risco de um impacto adicional desse processo sobre economias emergentes, o que poderá reforçar os ajustes em preços de ativos e a volatilidade nas condições financeiras no mercado internacional."

Outra preocupação consiste na frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários para a economia brasileira. Para os membros do colegiado, isso pode ter como consequência o aumento da trajetória da inflação.

Os membros do Comitê voltaram a ressaltar que os próximos passos na condução da política monetária continuarão dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação. Também destacaram a importância de outras iniciativas que visam aumento de produtividade, ganhos de eficiência, maior flexibilidade da economia e melhoria do ambiente de negócios.

"Esses esforços são fundamentais para a retomada da atividade econômica e da trajetória de desenvolvimento da economia brasileira".

Julio Cesar Barros, economista da Mongeral Aegon Investimentos, ressaltou que, embora isso não esteja explícito na ata, há uma preocupação com o cenário eleitoral. Esse fator, em sua opinião, tem sido considerado nas avaliações dos técnicos.

— Há uma eleição confusa pela frente. O quadro ainda é muito incerto.